

II Congresso Histórico Internacional

AS CIDADES NA HISTÓRIA: SOCIEDADE

18 a 20 de outubro de 2017

ATAS

CIDADE MODERNA - II

2017

FICHA TÉCNICA

Título

II Congresso Histórico Internacional
As Cidades na História: Sociedade

Volume

V - Cidade Moderna - II

Edição

Câmara Municipal de Guimarães

Coordenação técnica

Antero Ferreira
Alexandra Marques

Fotografia

Paulo Pacheco

Design gráfico

Maria Alexandre Neves

Tiragem

200 exemplares

Data de saída

Dezembro 2019

ISBN (Obra completa)

978-989-8474-54-4

Depósito Legal

364247/13

Execução gráfica

Diário do Minho

ÍNDICE

COMUNICAÇÕES

pág. 7

Las parroquias de Salamanca desde la edad moderna a 1887: Continuidad y Adaptación

José Antonio Ortega, Clara García-Moro

pág. 41

Alicante en el Siglo XVIII. Alianzas Matrimoniales y Estructura del Hogar en una ciudad Portuaria

José Luis Baño Sánchez

pág. 69

Influencia de la Planificación Urbana Realizada en las Islas Canarias, para su implantación en América

José-Luis Machado

pág. 115

Estructura social de la población Portuguesa en las ciudades Andaluzas: el ejemplo de Córdoba en el siglo XVII

Juan Aranda Doncel

pág. 147

¿Cómo funciona la ciudad mercantil?: situando las actividades económicas en la Sevilla del siglo XVI

Juan Manuel Castillo Rubio

pág. 175

A paisagem sonora de Angra no século XVII: Uma perspectiva a partir da actividade das suas instituições religiosas

Luís Henriques

pág. 197

Olhares historiográficos sobre a cidade de Coimbra na Época Moderna

Margarida Sobral Neto, Ana Isabel Ribeiro

pág. 215

Do necessário para a comodidade dos povos. Investimentos camarários, organização administrativa e conformação do espaço urbano nos primeiros anos de criação da Vila de Santa Maria de Baependi. (1815-1824)

Maria Cristina Neves de Azevedo

pág. 245

Os cofres dos órfãos e o financiamento de Alcácer Quibir

Maria de Fátima Machado

pág. 265

Úbeda y los ubetenses en 1786. Radiografía de una ciudad andaluza a finales del s. XVIII

María del Carmen Irlés Vicente

pág. 293

Gobierno ciudadano y familia. La perpetuación política en una ciudad del Reino de Granada: Vélez- Málaga

Maria del Pilar Pezzi Cristóbal

pág. 311

El espacio urbano como espacio de confluencia de poderes en la Galicia Moderna. Un estado de la cuestión y algunos ejemplos sobre A Coruña en la primera mitad del siglo XVIII

María López Díaz

pág. 341

Alicante o Cartagena: La elección de una ciudad portuaria para la llegada de Carlos III a la corte

M^a Luisa Álvarez y Cañas

pág. 371

Ribeira Grande de Santiago – uma cidade ultramarina do período moderno entre 1533 e meados do século XVIII

Maria Teresa Avelino Pires Cordeiro Neves

pág. 389

Cidade e conflito de competências na Compostela de Antigo Regime. A querela do colegial Don André de Espinho com o arcebispo e reitor de Fonseca por ser desprovido da sua vaga a finais do século XVII

Mónica F. Armesto

pág. 411

Celebraciones públicas urbanas a comienzos de la Modernidad. La conmemoración de la conquista malagueña

Pilar Ybáñez Worboys

Olhares historiográficos sobre a cidade de Coimbra na Época Moderna

Margarida Sobral Neto

DHEEAA- FLUC/CHSC

mneto@fl.uc.pt

Ana Isabel Ribeiro

DHEEAA- FLUC /CEIS20

aribeiro@fl.uc.pt

Abstract

Neste trabalho propomos-nos, através de uma leitura crítica, refletir sobre o conhecimento histórico produzido sobre a cidade de Coimbra para o período o moderno e início da época contemporânea, salientando os historiadores e as obras que se constituem como referenciais nesses itinerários historiográficos, evidenciando as suas perspectivas historiográficas, as fontes utilizadas, as propostas metodológicas e os modelos de análise que desenvolveram.

Terminaremos a nossa análise com uma tentativa de sistematização do estado da arte do conhecimento sobre a cidade de Coimbra, para o período em apreço, e refletiremos sobre as perspectivas de investigação que se encontram em aberto, no contexto de novas abordagens teóricas e metodológicas e de acesso às fontes.

Neste texto propomos-nos fazer um itinerário pela historiografia cujo objeto de estudo foi o território coimbrão – a cidade, o seu termo, mas também outros espaços rurais e urbanos onde a sua influência se fazia sentir.

Através de uma leitura crítica, procuraremos refletir sobre o conhecimento histórico que diversos historiadores construíram na abordagem da evolução do território da cidade e dos poderes e corpos sociais que a habitaram e modelaram.

Procuraremos, ainda, evidenciar as perspetivas historiográficas dos autores, destacando os seus historiadores de referência, as fontes utilizadas, as propostas metodológicas e os modelos de análise que desenvolveram.

A obra fundadora de uma nova História moderna de Coimbra foi a tese de doutoramento de António de Oliveira, intitulada *A Vida Económica e Social de Coimbra de 1537 a 1640*, com data de 1971/2 (Oliveira, 1971-1992)¹, mas que constitui fruto de mais de uma década de aturada investigação documental e profícua construção histórica.

A temática escolhida era ao tempo em que foi apresentada a obra, e sobretudo ao tempo em que foi concebido o projeto de investigação tendente à sua elaboração, muito inovadora e ousada no panorama da investigação histórica das universidades portuguesas.

Recorremos à Introdução do livro e às palavras do autor para fundamentar a sua opção temática. Referindo-se à historiografia conimbricense anterior escreve:

“Dominando a vida conimbricense, a Universidade igualmente absorveu, de modo geral, a atenção dos historiadores. A prioridade historiográfica coube, naturalmente, com exceção, mais notória, das recentes publicações de documentos sobre Artes e Ofícios do senhor Professor Doutor Manuel Lopes de Almeida, às figuras, doutrinas ou

¹ A obra foi reeditada, em 2016, em e-book, pela editora Palimage.

institutos que por si mesmo se salientavam. Mas para que Coimbra estudasse e ensinasse tornava-se necessário o trabalho quotidiano de muita gente, integrada ou não no corpo universitário. Gente sem nome e sem posição, a maioria das vezes. Mas Homens. Por ele nos interessámos, ao pretendermos contribuir para a história social de Coimbra, e não apenas pelos que brilharam pelo nascimento, riqueza, poder ou inteligência. A fisionomia da cidade foi moldada pelos rostos de uns e outros.” (Oliveira, 1971-1972: I)

António de Oliveira anunciava assim a vontade de realizar para a cidade de Coimbra um projeto que se desenvolvia em França desde os inícios do século XX, que se consubstanciava numa História que tinha como objecto o estudo dos “Homens todos e de todo o Homem” na formulação de Marc Bloch. Este modelo historiográfico tinha uma excelente concretização em França, materializada na obra de Pierre Goubert, *Beauvais et le Beauvaisis*. publicada em 1960. Este sólido esteio da historiografia do século XX inspirou a construção da *Vida Económica e Social de Coimbra de 1537 e 1640*, como António de Oliveira reconheceu em entrevista concedida à revista de *História da Sociedade e da Cultura* (Gomes, 2001: 416).

A vasta e diversificada bibliografia, onde se citam obras de Marc Bloch, Labrousse, Louis Henry, Jean Meuvret, Jean Delumeau ou Wan der Wee atestam a sintonia deste estudo com as correntes mais inovadoras e criativas da historiografia do tempo. Num compromisso entre inovação e continuidade, o estudo alicerça-se igualmente numa vasta erudição expressa em extensas notas de rodapé que alicerçam a solidez do trabalho, revelando-se igualmente como um manancial precioso de informação onde têm bebido muitos historiadores.

O espaço escolhido foi o da cidade de Coimbra, a sede de um concelho urbano e o seu vasto termo. A opção por este território é assim justificada pelo autor:

“A cidade não existe sem o campo. A região dominada por Coimbra, e em primeiro lugar o seu alfoz, não podia deixar de estar presente na intenção dos nossos estudos. Com ela, naturalmente, proprietários rurais e camponeses. Solidária, a realidade nacional, resultante e moldadora de situações regionais.” (Oliveira, 1971-1972: I)

A cidade é estudada em interação com o vasto termo que dominava, estabelecendo-se articulações com outros espaços com os quais a urbe interagia. Como obra modelar dos novos rumos da História Local e Regional, ultrapassando assim a “História particular das localidades”, a compreensão do local é feita no contexto do nacional, com as limitações decorrentes da inexistência ao tempo de obras similares para outras regiões do país que permitissem estudos comparativos.

A Vida Económica e Social de Coimbra estrutura-se em seis capítulos intitulados:

Capítulo I - Organização administrativa, judicial e eclesiástica; Capítulo II - A população; Capítulo III - Estruturas económicas e sociais; Capítulo IV - Regulamentação do artesanato e do comércio; Capítulo V - Meios de desenvolvimento do comércio e Capítulo VI - Abastecimento.

Pelas 1100 páginas deste livro, organizadas nos referidos seis capítulos, perpassa o palpitar da vida de uma cidade que em 1527 tinha 5000 habitantes atingindo um quantitativo de 9 ou 10 mil em 1640. Uma parte substancial desta população era constituída por homens que com o seu trabalho na agricultura, no artesanato, no comércio e em outros serviços asseguravam o viver quotidiano de uma cidade universitária.

As identidades destes homens expressam-se em quantitativos que nos permitem conhecer os comportamentos demográficos, as tendências e as flutuações conjunturais do movimento da população, e a sua inserção em grandes grupos socioprofissionais. De notar, no entanto, que graças a uma sábia simbiose entre história quantitativa e qualitativa, os Homens concretos, ainda que na maioria das vezes anónimos, estão sempre presentes em páginas de elevada densidade humana como são as que se referem à demografia histórica, em especial às crises demográficas que Coimbra viveu nos finais do século XVI e primeira metade do XVII. Nestes tempos a Cidade, e fundamentalmente a população mais débil economicamente, foi fustigada pelos flagelos da fome e das epidemias causadoras de mortalidade excessiva.

Coimbra pagou um grande tributo à morte no período em estudo. Ultrapassada, porém, a crise, os efetivos populacionais recuperavam-se graças aos mecanismos demográficos característicos do Antigo Regime. Durante os séculos XVI e XVII a população cresceu graças ao movimento natural da população, mas também à instalação na Cidade de gentes provenientes de outros pontos do país. Coimbra moderna, como outras cidades do tempo, acolheu homens provenientes de outros espaços, gente que procurava alimento e proteção ou que vinha em busca de trabalho ou de um ramo de atividade rentável. António de Oliveira iniciou o estudo das migrações internas nesta obra, campo de pesquisa que prosseguiu em outros estudos.

Os homens nascidos em Coimbra e em outros espaços, mais próximos ou mais longínquos, integraram-se numa sociedade cuja composição, critérios de hierarquização, factores de exclusão e estratégias de promoção social foram profusamente estudados. Neste campo mereceram particular relevo os mesteirais, agentes económicos que produziam, transformavam ou comercializavam os produtos que alimentavam a cidade promovendo uma dinâmica atividade económica.

Os impulsos de dinamismo geravam-se no espaço da cidade e no termo concelhio, mas eram também provenientes de outros espaços nacionais e internacionais com os quais os produtores e mercadores da cidade se articulavam. A necessidade de conhecer as condições do giro das mercadorias e das movimentações dos homens levaram o autor a estudar infraestruturas de transporte (eixos viários, pontes, estalagens) e meios de pagamento (a moeda e o crédito).

O último capítulo da obra em análise é dedicado ao abastecimento, tema que perpassa aliás por todo o livro por se tratar de uma preocupação central das governanças cidadinas de Antigo Regime. Com efeito, o abastecimento em pão, legumes, carne, peixe, vinho, azeite e frutas mobilizava as energias de uma multiplicidade de agentes económicos implicando um apertado controle e fiscalização das vereações que assumiam como principal objectivo o abastecimento que devia cumprir os seguintes requisitos: quantidade, qualidade e preço justo. Este capítulo dedicado ao abastecimento termina com a análise da dieta alimentar dos vários grupos sociais, outro prisma de observação da hierarquização económica e social da sociedade coimbrã.

A *Vida económica e social de Coimbra* inicia na historiografia desta cidade o desbravamento de áreas que se situam nos campos da demografia histórica e da história económica e social, contendo ainda muitas abordagens que atualmente os historiadores integram nos campos da história da vida quotidiana e da história dos comportamentos e mentalidades.

A tese de doutoramento de António de Oliveira está hoje consagrada como uma obra clássica da historiografia moderna portuguesa tendo sido adotada como modelo por historiadores que estudaram, posteriormente, outras cidades da época moderna.

O reforço do poder local que ocorreu no nosso país na sequência do 25 de Abril de 1974, bem como as novas teorizações sobre o papel do Estado nas sociedades de Antigo Regime, renovaram o interesse dos historiadores portugueses pelos estudos do municipalismo e dos poderes locais. Um dos historiadores atraído por este tema foi Sérgio Soares, discípulo de António de Oliveira, que centrou o seu principal esforço de investigação no estudo do município Coimbrão, no período que decorre entre a Restauração e o Pombalismo, tema que escolheu para a sua tese de doutoramento intitulada *O Município de Coimbra da restauração ao Pombalismo. Poder e poderosos* (Soares, 2003).

Com vista à elaboração deste trabalho, desenvolveu um “gigantesco” esforço de investigação no Arquivo Municipal de Coimbra, que incidiu sobre toda a documentação produzida pela vereação coimbrã bem como pelos concelhos do seu vasto termo. Para encontrar informações sobre a vida municipal, e especificamente sobre o perfil económico e social dos homens que governaram a cidade ao longo de mais de cem anos, efetuou ainda pesquisas no Arquivo da Universidade de Coimbra e no Arquivo Nacional da

Torre do Tombo. A informação recolhida, criteriosamente trabalhada, graças a um vasto conhecimento erudito, e criativamente tecida com base numa ousada teorização, alicerçada em modelos da sociologia e da ciência política e entretecida por uma perspicaz reflexão filosófica, traduziu-se na elaboração de um extenso estudo de 1808 páginas.

A obra divide-se em três livros. No primeiro, intitulado *Geografia do Poder Municipal*, apresenta-nos um município urbano régio a moldar um vasto termo que se lhe submete, fiscal e jurisdicionalmente, muitas vezes em conflito com outros governos concelhios e casas senhoriais. Neste primeiro livro apresenta múltiplos aspectos da geografia urbana de Coimbra. Dentre eles destacamos: a relação da cidade com o meio físico – nomeadamente com o Mondego, rio que periodicamente sitiava a cidade destruindo bens e paralisando a vida económica – e a organização política, económica e social do espaço urbano – um espaço que socializa, mas que também é moldado à imagem dos agentes do poder que imprimem na paisagem a sua marca, através da apropriação do espaço urbano e periurbano – no qual constroem as suas residências na órbita do centros do poder municipal, religioso ou cultural.

No segundo, aborda a *Sociologia do Poder Municipal* numa fina análise das elites que governaram e socializaram a cidade, evidenciando a sua proveniência geográfica e social, as suas estratégias, os “sistemas clientelares”, os mecanismos de integração e exclusão, os comportamentos, os arquétipos e os símbolos sociais. O autor continuou a aprofundar a temática do estudo das elites coimbrãs em artigos como, “Os vereadores da Universidade na Câmara de Coimbra (1640-1777)” (Soares, 1991) ou “Nobrezza conimbricense e modos de governo político: um ensaio municipal (1640-1777)” (Soares, 1996).

No terceiro, analisa as *Práticas e Processos de Formação Camarária*. Os suportes materiais do município, nomeadamente os oriundos da fiscalidade, as questões eleitorais e o relacionamento entre o poder central e poder local são algumas das temáticas abordadas neste livro. Neste contexto, destacamos uma das perspetivas em que o autor analisa o problema da relação entre poder central e poderes locais situando-o no campo das estratégias sociais das oligarquias concelhias. *O Município Coimbrão da Restauração ao Pombalismo. Poder e Poderosos na Época Moderna* é uma grande obra da historiografia moderna portuguesa, um estudo que entrecruza constantemente a realidade local, com a nacional e a europeia, num exercício muito estimulante de história comparativa.

O estudo de Sérgio Soares, sobretudo na sua perspetiva de análise das redes de relações das elites que modelaram a vida municipal entre os séculos XVII e XVIII foi prosseguido por Ana Isabel Ribeiro, no seu estudo *Nobrezas e Governança. Identidades e perfis sociais (1777-1820)* (Ribeiro, 2012). A autora tem como objeto uma observação e análise aprofundada das características e comportamentos das elites coimbrãs do período pós-pombalino à revolução liberal, sustentada pela utilização de uma grande quantidade de fontes de

origens e características muito diversificadas e recorrendo a metodologias assentes no cruzamento de dados, reconstituição prosopográfica e biográfica e análise de redes de sociais, metodologia que assume um papel central no levantamento de problemáticas e identificação dos atores sociais potencialmente transformadores da realidade local.

A delimitação das elites em estudo é feita a partir do universo municipal, ponto de observação fundamental, especialmente através da análise da composição e processos de construção dos arrolamentos de elegíveis, para a definição, caracterização e deteção de mudanças no contexto da referida elite local que durante um alargado período tempo coincidiu com a fidalguia da cidade e seu território de influência. A compreensão da continuidade da validade desta premissa e as alterações na composição dessa elite tornou-se um dos pontos fundamentais deste estudo.

Tendo em conta a importância da fidalguia e a sua preeminência em termos sociais e de apropriação do poder, este estrato da nobreza é alvo de uma análise mais aprofundada ao nível da identificação dos seus membros, dos seus suportes económicos e das suas redes de relações, na tentativa de descodificar as suas escolhas e perceber se estas demonstravam os mesmos padrões de comportamento observados noutros pontos do país em cronologias semelhantes.

Neste contexto, a cidade, plena de continuidades, mas também decididamente abalada pelos enfrentamentos militares resultantes das invasões francesas, é palco da transformação das configurações das elites ligadas aos poderes locais, denotando-se, de forma inequívoca, a ascensão dos letrados que dominarão as instâncias de poder na centúria seguinte, como também demonstrou Maria Antónia Lopes no seu estudo sobre os provedores e escrivães da Misericórdia de Coimbra (Lopes, 2002-2003).

A tese de Sérgio Soares revelou-nos o poder concelhio, síntese e equilíbrio de múltiplos poderes sociais. A cidade de Coimbra era, no entanto, sede de outros poderes que dominavam a cidade, em concorrência e muitas vezes em conflito com o poder municipal, caso do Bispo de Coimbra, das Ordens religiosas e de outras instituições como a Universidade ou a Misericórdia. Para além da cidade, estes poderes estendiam as suas redes de domínio jurisdicional, económico, social ou religioso ao termo do concelho, ao bispado e, em alguns casos, a várias regiões do país.

Estes poderes que constituem expressões diversas, mas complementares do rosto da cidade, foram-nos revelados por outras teses de doutoramento, como é o caso da elaborada por Margarida Sobral Neto, bem como das produzidas por Fernando Taveira da Fonseca, Joaquim Ramos de Carvalho, José Pedro Paiva ou Maria Antónia Lopes.

A tese de doutoramento publicada com o título *Terra e Conflito. Região de Coimbra. 1700-1834* (Neto, 1997) revela o rosto de uma cidade “senhorial” formado por casas religiosas e

aristocráticas que se constituía como um grande centro receptor de rendas ligado a várias regiões onde se situavam os seus domínios senhoriais, em particular: as sub-regiões do Baixo Mondego, Gândara e Bairrada, locais onde se situavam os senhorios territoriais e jurisdicionais de várias casas senhoriais sediadas na cidade.

O período cronológico em que se situou o esforço de pesquisa documental foi o de um longo século XVIII, que se inicia no século XVII e se prolonga pela terceira década do século XIX. Como é sabido, os estudos de História Rural centrados na abordagem de regimes jurídicos e sistemas económicos bem como em processos sociais necessitam da dimensão do tempo longo, para captar os momentos de estruturação, consolidação e desestruturação desses processos.

A obra apoia-se no estudo de Maria Helena da Cruz Coelho, *O Baixo Mondego nos finais da Idade Média: estudo de história rural* (Coelho, 1989), livro em que foi possível captar a estruturação de um sistema que configurou relações económicas e sociais que sobreviveram às mutações operadas ao longo da época moderna. No *Baixo Mondego*, podem ser encontrados alguns pilares da definição de um regime de propriedade que iria constituir a norma definidora das relações entre senhores e camponeses bem como o ordenamento jurídico e institucional da vida económica do espaço em análise.

O estudo é igualmente tributário da obra de António de Oliveira, bem como de outros estudos que têm como objecto a região de Coimbra no séc. XIX, caso das teses de doutoramento de João Lourenço Roque *Classes populares no Distrito de Coimbra no século XIX (1830-1870)* (Roque, 1982), de Rui Cascão *Figueira da Foz e Buarcos: permanência e mudança em duas comunidades do litoral. 1861-1910* (Cascão, 1989) e de Irene Vaquinhas *Justiça e Violência nos campos de Penacova e Coimbra* (Vaquinhas, 1996).

A tese estrutura-se em duas partes. Na primeira, que se integra fundamentalmente no campo história das instituições, analisa-se o regime de propriedade, exploração, tributação e cobrança de rendas. Na segunda, aborda-se o processo de contestação anti-senhorial, protagonizado por camponeses e elites locais, que se desenrolou nos espaços do Baixo Mondego, Gândara e Bairrada ao longo do século XVIII. O trabalho foi construído com base no núcleo documental do mosteiro de Santa Cruz de Coimbra, articulado com documentação de outros senhorios, caso da Universidade ou do Cabido.

Uma parte da dissertação integra-se num tema clássico da historiografia política e institucional, o tema do regime senhorial. Por sua vez, o estudo dos movimentos de contestação filia-se na história dos movimentos sociais do mundo rural. Em conclusão, *Terra e Conflito* revela a faceta senhorial de Coimbra, cidade que acolhia no seu seio diversas instituições – mosteiros e colégios – e grupos sociais que viviam de rendas da terra na qualidade de senhorios diretos, enfiteutas ou contratadores de rendas.

Uma destas instituições desempenhou um papel de extrema importância na reprodução das relações sociais nos campos. Foi o caso da Universidade enquanto escola que formou os juristas que advogaram as causas de senhorios e camponeses e sobretudo na sua condição de instância de justiça privativa de muitas casas senhoriais.

A História da Universidade sintonizou-se com os novos rumos da História económica e social na tese de Fernando Taveira da Fonseca intitulada *A Universidade de Coimbra. 1700-1771. Estudo social e económico* (Fonseca, 1995).

Esta obra é uma sólida construção histórica, apoiada numa vasta documentação produzida pela Universidade no século XVIII, que foi explorada com profundo rigor teórico e metodológico.

Da complexa vida da academia coimbrã setecentista o autor seleccionou duas perspetivas de análise: a da instituição que tinha como principal objectivo “ensinar e graduar” e os suportes materiais que asseguraram o exercício dessa função.

O estudo inicia-se com os estudantes considerados como “elemento fundamental e causa final da existência da Universidade”. Deste importante grupo são apresentados os quantitativos e sua evolução, a proveniência geográfica e origem social, os percursos académicos e aspectos essenciais da sua vida quotidiana.

Cabia aos professores o desempenho da principal função da instituição universitária: ensinar e graduar. Do grupo docente é analisada a estruturação da carreira docente nas diversas faculdades e o sistema remuneratório.

São também analisadas as relações da instituição e dos seus membros com o espaço físico e simbólico da cidade.

O estudo termina com uma análise detalhada do financiamento da Universidade. Neste contexto são apresentadas as suas fontes de receita (rendas, juros, propinas) e a máquina administrativa que processava a gestão dos seus recursos.

A tese de doutoramento de Fernando Taveira da Fonseca constitui um estudo de extrema relevância sobre uma Instituição que ocupava um “lugar central de hierarquia máxima na rede de ensino existente no Reino, ilhas atlânticas e no Brasil”, lugar onde se graduavam os principais quadros do Estado e se formavam e promoviam elites que desempenharam funções na área do ensino, da saúde, da justiça e da Igreja.

Coimbra era naturalmente sede de um bispado. Nesta qualidade, e no contexto da Igreja de Antigo Regime que se assumia como um agente modelador e ordenador de atitudes, a urbe conimbricense era sede de uma instância de controle de comportamentos religiosos e sociais. Um dos instrumentos desse controle eram as visitas pastorais.

As visitas referentes à freguesia de Soure, cruzadas com outras fontes: registos paroquiais, registos notariais, processos de ordenação sacerdotal e diversa documentação de proveniência senhorial permitiram a Joaquim Ramos de Carvalho reconstituir percursos e estratégias sociais, bem como apreender os valores que estruturavam uma comunidade de Antigo Regime. A obra intitula-se *Comportamentos morais e estruturas sociais numa paróquia de Antigo Regime (Soure, 1680-1720). Reconstituições, interpretações e metodologias* (Carvalho, 1997) e constitui uma das primeiras aplicações da micro-história em Portugal, metodologia com que o autor contactou em Itália, berço desta corrente teórica e metodológica.

Esta tese de doutoramento estrutura-se em duas partes. Na primeira, o autor faz a reconstituição dos perfis e estratégias sociais de algumas pessoas denunciadas nas visitas, integrando este estudo na rede de relações interpessoais e no contexto económico e social. Na segunda, apresenta, com grande minúcia, a metodologia utilizada, nomeadamente a construção e funcionamento de um sistema de base de dados que permitiu o cruzamento de múltiplas informações, provenientes de fontes muito diversas. A metodologia matriz desenvolvida pelo historiador, que é um modelo orientado às pessoas, alia-se a um outro mais orientado às fontes – o modelo inicialmente criado por Manfred Thaller no *Max-Planck Institute für Geschichte*, em Göttingen, na Alemanha – que permite, através de uma linguagem designada por KLEIO, transcrever, de forma eficaz e com pouca perda de informação, os documentos para uma base de dados.

A mesma ferramenta e abordagem metodológica foi utilizada por Ana Isabel Ribeiro no seu estudo sobre a comunidade de Eiras (localidade pertencente ao termo de Coimbra) na segunda metade do século XVIII. A partir de um cruzamento intenso de fontes muito diversificadas (registo paroquiais, registos notariais, visitas pastorais, tombos, atas da vereação, documentação fiscal, entre outras), a autora procurou reconstruir a comunidade na sua organização espacial, no funcionamento e interação dos poderes e na caracterização da suas estruturas e redes sociais. (Ribeiro, 2006).

A abordagem micro-histórica foi também utilizada por José Pedro Paiva na sua tese de doutoramento que intitulou *Bruxaria e superstição num país sem caça às bruxas (1600-1774)* (Paiva, 1998). Nesta obra, o autor partindo do pressuposto de que em Portugal, não se verificou, nos séculos XVII e XVIII, uma repressão violenta a práticas e crenças mágicas, consideradas acos de bruxaria, como aconteceu noutros países da Europa, procura compreender as razões desse fenómeno. O espaço escolhido para dar resposta ao problema é o território nacional, optando assim o autor por uma abordagem macroscópica do fenómeno.

Esta abordagem permite apreender a configuração dos grandes processos. No entanto, dos homens concretos o historiador só se pode aproximar em abordagens microscópicas.

A necessidade de conhecer o perfil social, bem como o contexto social e relacional de algumas mulheres acusadas de bruxaria, levou o autor a inserir na sua tese um estudo de uma pequena comunidade, escolhendo para o efeito S. Martinho do Bispo, um couto da mitra de Coimbra. Graças ao cruzamento de múltipla informação nominal foi possível a José Pedro Paiva reconstituir histórias de vidas de mulheres acusadas de bruxaria encontrando assim os contextos sociais e as motivações de denunciante e denunciadas.

A utilização de duas escalas de observação, a macro e a micro, permitiu demonstrar que estas duas perspectivas são necessárias à abordagem dos fenómenos históricos, enriquecendo-se o conhecimento da realidade histórica à medida que as visões macro sejam cruzadas com múltiplas visões micro. Fazer abordagens micro para outras comunidades semelhantes à que o autor fez para S. Martinho do Bispo é um desafio estimulante que resulta da leitura desta obra.

Este painel de teses de doutoramento complementa-se com a de autoria da de Maria Antónia Lopes, intitulada *Pobreza, Assistência e Controlo Social. Coimbra (1750-1850)* (Lopes, 2000). Nesta obra, constituída por dois densos volumes, a autora apresenta o resultado de um enorme esforço de investigação no Arquivo da Misericórdia de Coimbra e nos Arquivos distrital e municipal. A vastíssima informação recolhida, grande parte constituída por fontes seriais, permitiu estudar múltiplos fenómenos relativos aos pobres e às estruturas de suporte e acolhimento deste sector da população.

A autora começa o seu estudo introduzindo o leitor nas concepções de pobreza setecentistas e oitocentistas, através da apresentação do discurso produzido pelas elites eclesiásticas e laicas sobre este fenómeno. Deixa-nos em seguida entrever a atitude do Estado em relação aos pobres materializada no corpo legislativo publicado na época em estudo.

Apresenta-nos o mundo multifacetado das crianças, das mulheres e dos homens considerados pobres, que foram acolhidos em diversas instituições da cidade: Misericórdia, Colégios dos Órfãos, Asilo da Infância Desvalida, Recolhimento do Paço do Conde, prisões e hospitais. Através de uma análise minuciosa, e estatisticamente fundamentada, são-nos reveladas as malhas da complexa teia que protegia e controlava as franjas marginais da sociedade originárias da urbe coimbrã e de outros espaços mais ou menos longínquos.

Maria Antónia Lopes revela-nos em *Pobreza Assistência e Controlo Social* os famintos de pão e de saúde, os protegidos pelas instituições de assistência e controle social e também aqueles que se desviavam da ordem moral e social que os poderes do tempo queriam instituir.

A historiografia coimbrã referente ao período de 1970-2016, enriquece-se e diversifica-se graças aos estudos de outros historiadores modernistas. Sem a veleidade de uma enumeração exaustiva, citamos a título de exemplo: a tese de doutoramento de Elvira

Mea sobre a Inquisição de Coimbra no século XVI (Mea, 1997), os estudos de Manuel Augusto Rodrigues sobre a Universidade (Rodrigues, 1992), as obras de Pedro Dias (Dias, 1995), Nelson Correia Borges (Borges, 1987) ou Lurdes Craveiro sobre História da Arte e do Património (Craveiro, 2002) e finalmente os estudos de demografia histórica de Guilhermina Mota (Mota, 1998 e Mota, 2010).

A primeira impressão que se colhe num balanço do trabalho já realizado é a de que a historiografia modernista de Coimbra conta já com um bom número de sólidos e diversificados estudos em vários campos e cobrindo todo o período abrangido pela época moderna. A oficina da História da Cidade de Coimbra da época moderna continua, no entanto, aberta. Na banca de trabalho encontram-se vários territórios para desbravar e campos já explorados para repensar.

Referências bibliográficas

- BORGES, Nelson Correia (1987). *Coimbra e a sua região*, Lisboa: Editorial Presença.
- CARVALHO, Joaquim Ramos de (1997). *Comportamentos Morais e Estruturas Sociais numa Paróquia de Antigo Regime (Soure, 1680-1720). Reconstituições, Interpretações e Metodologias*. Coimbra.
- CASCÃO, Rui (1998). *Figueira da Foz e Buarcos: permanência e mudança em duas comunidades do litoral. 1861-1910*. Coimbra: Figueira da Foz: Edições Minerva/Centro de Estudos do Mar.
- COELHO, Maria Helena da Cruz (1989). *O Baixo Mondego nos Finais da Idade Média*. Lisboa: Imprensa Nacional da Casa da Moeda, 2 vols.
- CRAVEIRO, Maria de Lurdes (2002). *O Renascimento em Coimbra: modelos e programas arquitectónicos*. Coimbra, 2 vols.
- DIAS, Pedro (1995). *Coimbra Arte e História*, Coimbra: Edições Minerva.
- FONSECA, Fernando Taveira da (1995). *Universidade de Coimbra - 1700-1771 (Estudo social e económico)*. Coimbra: Por Ordem da Universidade.
- GOMES, Saúl António (2001). Entrevista com o Prof. Doutor António de Oliveira. *Revista de História da Sociedade e da Cultura*, 1, 413-434.
- LOPES, Maria Antónia (2002-2003). Provedores e escrivães da Misericórdia de Coimbra de 1700 a 1900. Elites de fontes de poder. *Revista Portuguesa de História*, 36, vol. 2, 203-274.
- LOPES, Maria Antónia (2000). *Pobreza, Assistência e Controlo Social. Coimbra (1750-1850)*. Viseu: Palimage, 2 vols.
- MEA, Elvira Azevedo (1997). *A inquisição de Coimbra no século XVI: a instituição, os homens e a sociedade*. Porto: Fundação Eng. António de Almeida.
- MOTA, Guilhermina (1988). Estruturas Familiares no Mundo Rural. Grupos Domésticos no Bispado de Coimbra em 1801”. *Revista Portuguesa de História*. Coimbra. 24, 5-66
- MOTA, Guilhermina (2010). Famílias em Coimbra nos séculos XVIII e XIX”. *Revista de História da Sociedade e da Cultura*. Coimbra, 10, vol. 2, 353-385.
- NETO, Margarida Sobral (1997). *Terra e Conflito. Região de Coimbra 1700-1834*. Viseu: Palimage Editores.
- OLIVEIRA, António de (1971-1972). *A Vida Económica e Social de Coimbra de 1537 a 1640*. 2 volumes, Coimbra, 2 volumes.
- PAIVA, José Pedro (1998). *Bruxaria e superstição num país sem caça às bruxas (1600-1774)*. Lisboa: Editorial Notícias.

- RIBEIRO, Ana Isabel (2012). *Nobrezas e Governança. Identidades e perfis sociais (Coimbra 1777-1820)*. Coimbra, 2 vols.
- RIBEIRO, Ana Isabel (2006). *A comunidade de Eiras nos finais do século XVIII. Estruturas, redes e dinâmicas sociais*. Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.
- RODRIGUES, Manuel Augusto *et alii* (1992). *Memoria professorum Universitatis Conimbrigensis*. Coimbra: Arquivo da Universidade de Coimbra.
- ROQUE, João Lourenço (1988). *A população da freguesia da Sé de Coimbra (1820-1849): breve estudo socio-demográfico*. Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.
- ROQUE, João Lourenço (1982). *Classes populares no distrito de Coimbra no século XIX: 1830-1870: contributo para o seu estudo*. Coimbra, 2 vols.
- SOARES, Sérgio da Cunha (1996). Nobreza conimbricense e modos de governo político: um ensaio municipal (1640-1777). *Revista Portuguesa de História*, 31, vol. I, 555-573.
- SOARES, Sérgio da Cunha (1991). Os vereadores da Universidade na Câmara de Coimbra (1640-1777)". *Revista Portuguesa de História*, 26, 45-80.
- SOARES, Sérgio da Cunha (2001). *O Município de Coimbra da Restauração ao Pombalismo*. Coimbra: Centro de História da Sociedade e Cultura, 3 vols.
- VAQUINHAS, Irene Vaquinhas (1996). *Justiça e Violência nos campos de Penacova e Coimbra*. Porto: Afrontamento.